

Abiu SPE Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 09.397.31/0001-00

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)						
Ativo	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do Resultado			
	Nota	2017	2016	Nota	2017	2016
Circulante		87.386	87.060		10	6.013
Caixa e equivalentes de caixa	3	383	183			
Aplicações financeiras	4	1.121	1.269			
Créditos de clientes	5	1.866	1.693			
Impostos a recuperar				8	1.242	86
Imóvel a comercializar	6	83.666	83.664	9.c	233	643
Despesas antecipadas	7	349	248			
Não circulante		2.578	1.401			
Crédito de clientes	5	430	-			
Despesas antecipadas	7	1.484	797			
Aplicações financeiras	4	57	57			
Depósitos judiciais						
Total do ativo		89.964	88.461			

1. Contexto operacional – A Abiu SPE Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”), constituída em fevereiro de 2008, atualmente sob a forma de sociedade anônima, tem por objeto social planejar, promover, desenvolver, incorporar, construir, localizar, vender, transferir unidades a serem construídas no terreno localizado na cidade de Santos, SP, na Avenida Ana Costa, 433, Gonzaga. O endereço da sede social da Companhia é na Rua Hungria, 514 – 10º andar, conjunto 102, sala 5, Jardim Paulistano, São Paulo-SP. O Edifício Parque Ana Costa consiste em duas torres, sendo a torre A subdividida em 3 andares e composta por 6 unidades locais e a torre B com 53 unidades compostas e subdividida em 2 subsolos, 3 subsolos, 1 pavimento, 17 andares tipo e 1 duplex, totalizando 15.406 m² de área local e 295 vagas de garagem. O empreendimento possui heliporto, 11 elevadores e Certificação Green Building, sendo que a obra foi concluída e o habite-se foi expedido em 07/03/2013. Em 31/12/2017 das 60 unidades locais havia 40 unidades alugadas. **2. Principais práticas contábeis** – **2.1. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), que incluem os princípios previstos na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15/02/2018. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise de recuperabilidade do imóvel a comercializar e dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **2.2. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. **2.3. Ajuste do resultado:** As receitas de aluguel são reconhecidas pelo método linear com base nos contratos, incluindo em consideração o reajuste contratual, e a receita de serviço é reconhecida quando da efetiva prestação dos serviços. As receitas da Companhia derivam principalmente do aluguel referente à locação do empreendimento. Os custos e as despesas são apresentados de acordo com o objeto social específico da Companhia, segundo o regime de competência. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras. Para que uma aplicação financeira de curto prazo seja qualificada como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando o vencimento é de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, e o titular da aplicação é a Companhia ou um indivíduo relacionado à categoria “Ativos financeiros de valor justo por meio de resultado”. **2.5. Créditos de clientes:** Registradas primeiramente pelos valores faturados, com base nos contratos de aluguel e de serviços prestados, ajustadas pelos efeitos decorrentes do reconhecimento da receita de aluguéis de forma linear e a apuração de acordo com o prazo restante para o término do contrato aplicável, rendimentos e variações monetárias auferidas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante consistente suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento. As despesas com a construção da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica “Outras despesas de construção”. **2.6. Instrumentos financeiros:** De acordo com o pronunciamento técnico para pequenas e médias empresas – CPC PME, o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia têm como base o custo amortizado. A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecer instrumentos financeiros não reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo justo amortizado através do método de custo amortizado. **2.7. Imóvel a comercializar:** Compostos pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos imóveis a comercializar é composto do valor pago pelo terreno adquirido para incorporação imobiliária, acrescido dos impostos e taxas, taxa de administração e gastos para a construção do imóvel. O imóvel a comercializar está arrendado ao ativo circulante, pois a incorporação envolvendo todos os aspectos para realizar sua alienação. **2.8. Redução ao valor recuperável:** Os valores contábeis do imóvel a comercializar são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda do valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil exceda o valor recuperável estimado, sendo a perda de valor reconhecida no resultado. **2.9. Passivos circulante e não circulante:** Compostos pelas obrigações fiscais, comerciais e societárias, registradas pelos valores conhecidos e/ou calculáveis acrescidos dos encargos financeiros, quando aplicável, e ajustados a valor presente pela taxa efetiva de juros. **2.10. Tributos – imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins:** Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido, cuja base de apuração do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras e outras receitas, sobre as quais se aplica a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social por esse motivo, o Comitê de Contabilidade aprovou a contribuição de renda e a contribuição social correntes com recolhimento diferido sobre as diferenças temporárias provenientes das receitas, incluindo a respectiva parcela de PIS (“Programa de Integração Social”) e Cofins (“Contribuição para Financiamento da Seguridade Social”). Quanto ao PIS e Cofins, a base de cálculo é o total das receitas da pessoa jurídica, sem deduções em relação a custos, despesas e encargos, tais como as alíquotas da contribuição para o PIS e da Cofins são, respectivamente, de 0,65% e de 3%. **2.11. Lucro por ação:** O resultado por ação foi calculado de acordo com o Art. 187 – inciso VII da Lei nº 6404/76, o qual exige que seja apresentado nas demonstrações do resultado (DRE), o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social (Resultado do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa) dividido pelo número de ações em circulação. **2.12. Normas e interpretações ainda não adotadas:** As práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), bem como as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) estão em constante e contínuo processo de revisão, com o objetivo de aperfeiçoar as normas contábeis, auxiliando o leitor no processo de leitura, entendimento e análise comparativa com outras empresas do mercado. O presente relatório abaixo a natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao Exercícios anuais valor recuperável e contabilização de inícios a partir de 11/01/2018.	
CPC 47 – Receitas de contratos	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 15 – sobre Exercícios anuais o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes. de 11/01/2018.	
IFRS 16 – Arrendamento mercantil	Refere-se à definição e a orientação Exercícios anuais do contrato de arrendamento previsto iniciais a partir de 11/01/2018.	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Os Acionistas e Administradores da Abiu SPE Empreendimentos e Participações S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa em conformidade com a legislação aplicável, os assuntos relacionados com a sua contabilidade operacional o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segundo a legislação brasileira, a perspectiva razoável, as decisões econômicas de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos

SBIC ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.

CNPJ/MF: 04.757.453/0001-18

Relatório da Administração					
Senhores Acionistas: Em cumprimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.					
São Paulo, 26 de março de 2018. A Diretoria					
Ativo	Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em reais)		Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em reais)		
	2017	2016	2017	2016	2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	177.984,52	117.754,32			
Adiantamento a fornecedores	2.400,00	-			
	180.384,52	117.754,32			
Não Circulante					
Imobilizado	4.000.000,00	4.000.000,00			
	4.000.000,00	4.000.000,00			
Total do Ativo	4.180.384,52	4.117.754,32			
Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em reais)					
	2017	2016	2017	2016	2016
Receita operacional bruta	1.337.739,18	1.330.600,98			
Deduções					
Impostos sobre as vendas	(48.227,49)	(48.566,91)			
Receita operacional líquida	1.288.911,69	1.282.034,07			
Lucro bruto	1.288.911,69	1.282.034,07			
Despesas operacionais					
Administrativas e gerais	(53.003,66)	(46.998,09)			
Tributárias	(1.237,94)	(825,64)			
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em reais)					
	2017	2016	2017	2016	2016
Saldo em 1º de janeiro de 2016	4.001.000,00	-	-	-	4.001.000,00
Lucro líquido do exercício	-	-	1.112.902,31	1.112.902,31	-
Constituição da reserva de lucro	-	-	(1.079.573,40)	(1.079.573,40)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.001.000,00	-	4.001.898,94	4.001.898,94	-
Lucro líquido do exercício	-	-	1.112.417,96	1.112.417,96	-
Distribuição de lucros	-	-	(1.057.183,44)	(1.057.183,44)	-
Constituição da reserva de lucro	-	-	55.234,52	(55.234,52)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.001.000,00	-	4.137.133,46	4.137.133,46	-

Afinal, o que será da loja a partir de agora?

Flavia Pini (*)

Enfim os varejistas podem realmente se animar

Com a expectativa de retomada da economia confirmada em 2017 e a queda dos juros e do desemprego no início de 2018, tudo leva a crer que o ritmo de crescimento se manterá. Mas não se engane! Paralela a um mercado nacional que recuou cerca de 10% em 2015 e 2016, uma revolução acontecia no mundo do varejo.

Marcas que dizem ser nativamente “com” planejavam ter lojas físicas e neste ano elas finalmente saíram no papel. O que isso tem a ver com o seu negócio? Tudo! Esses estabelecimentos já são nativamente “digitais” e precisam nos inspirar a executar pontos de vendas mais integrados, que não nos permitam enxergar o limite entre os mundos on e offline.

Depois de estar na NRF Big Show no início do ano, pensei em 5 pontos altos que devem ser levados em consideração por qualquer varejo, não mais do futuro, mas do presente, do real. Pois é! Não se tem mais tempo para pensar no que “será da loja”, mas sim, no que ela já se tornou.

1. Minimize atrito e torne a experiência do cliente ainda melhor – Eu não posso continuar buscando tecnologias que me ajudem na gestão dos problemas, agora são os produtos que procuram pelas pessoas – basta olhar como o modelo de publicidade mudou e, consequentemente, como atingir o consumidor parece ter ficado mais fácil e barato, mas não menos complicado, afinal, as opções são infinitas e logo, a concorrência também.

2. Omni Canal não é mais uma escolha – Posso comprar no e-commerce e retirar na loja, ou comprar na loja e receber em casa, ou até comprar numa marca e buscar em outra. Quanto mais conveniente eu for, mais atrativo eu serei. O cliente escolhe e é a gente que tem que dar um jeito pra executar. A Zara Londres, por exemplo, criou um espaço temporário enquanto a loja oficial de 4500 metros quadrados está em reforma para se tornar um case de varejo tecnológico.

O local terá por volta de 200 m² e contará com um mínimo inventário apenas para experimentação. As compras são finalizadas pela internet, assim como um checkout de e-commerce – algo muito parecido com o que já é feito pela Amaro.com no Brasil, mas claro que numa proporção bem maior. O que vale aqui não é a grandeza da Zara ou os grandes investimentos que estão sendo feitos para se tornar ainda mais atrativa ao consumidor e o principal – não perder receita no meio dessa transição.

3. Entregue diferenciação – Não é preciso pensar em planos mirabolantes ou tecnologias ultra caras para surpreender o cliente – fazer do seu ambiente de venda um local em que o consu-

midor se sintam bem, já é um bom começo. Claro que plataformas estão disponíveis no mercado para ajudar – imagine reconhecer o cliente antes mesmo dele ir ao PDV? Pois é, isso já é possível. E o mais valioso neste caso é pode medir eficiência além do faturamento, ou seja, quantos clientes foram à loja e não compraram? O quanto estou deixando de vender? Qual é de fato problema – atendimento, ruptura, escala?

Caso eu faça uso de plataformas como essa ainda é possível informar ao vendedor que o cliente “x” está na loja e dar informações relevantes sobre a sua última compra ou o seu perfil. Até mesmo enviar ao próprio consumidor uma mensagem de desconto ou mimo que será feito “especialmente” para ele já que estamos na era da customização.

4. Inove modelos – Como comentei no início do texto, até a Amazon está indo para o mundo físico. Olhar para a Amazon Books e Amazon Go faz todo mundo repensar, até porque projetos que pareciam totalmente antagônicos hoje são reais e parecem triunfar. Se antes as pessoas procuravam por produtos, agora são os produtos que procuram pelas pessoas – basta olhar como o modelo de publicidade mudou e, consequentemente, como atingir o consumidor parece ter ficado mais fácil e barato, mas não menos complicado, afinal, as opções são infinitas e logo, a concorrência também.

Outro exemplo é a Minute Clinic, uma iniciativa da CVS, um dos maiores grupos de farmácia do mundo, que agora possui espaços de atendimento clínico dentro das suas próprias lojas. Os mais diversos serviços são oferecidos, inclusive exames e vacinas a um preço bastante competitivo e acessível à população. Bem complementar, certo? Sair da consulta e já ter um local para comprar tudo o que eu preciso garante conveniência para um lado e incremento de receita para o outro. Vale dizer que no sistema farmacêutico brasileiro já está em aprovação a aplicação de vacinas nas próprias farmácias. Repare, esse pode ser um começo por aqui.

5. O sucesso não está nos dados, mas na decisão deles – Veja o Waze. Ele não só mostra quais ruas estão mais movimentadas ou onde há ocorrências, ele simplesmente diz: “vá por aqui”, “vire ali”... ou seja, mesmo que você tenha informação, faça alguma coisa com ela! Tome decisões, arrisque, tente. É como eu disse anteriormente: a tecnologia está disponível e “deve” ser usada, mas não desperdice tempo apenas analisando – aja, faça, experimente.

E para todos os pontos citados acima: seja rápido, erre rápido, aprenda mais rápido ainda. E finalmente, perca o medo!

(*) – É COO na FX Retail Analytics, empresa que oferece inteligência para o varejo por meio do monitoramento de fluxo.

RCB Mellão Participações S.A.

CNPJ nº 09.516.458/0001-72 – NIRE 35.3.0039560.0

Edital de Convocação

Ficam os senhores acionistas da RCB Mellão Participações S.A. convocados a se reunir em assembleia geral ordinária, que se realizará no dia 26 de abril de 2018, às 11:00 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.092, 15º andar, conjunto 153, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (b) destinação do resultado do exercício referido em “a” supra; e (c) fixação da verba global destinada à remuneração anual dos membros da diretoria. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. São Paulo, 28 de março de 2018. **Marcos Mellão Alves de Lima** – Diretor

SPM Participações S.A.

CNPJ nº 00.567.209/0001-31 – NIRE 35.3.0031749.1

Edital de Convocação

Ficam os senhores acionistas da SPM Participações S.A. convocados a se reunir em assembleia geral ordinária, que se realizará no dia 26 de abril de 2018, às 10:00 horas, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.092, 15º andar, conjunto 153, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e deliberação sobre as demonstrações financeiras da companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017; (b) destinação do resultado do exercício referido em “a” supra; e (c) fixação da verba global destinada à remuneração anual dos membros da diretoria. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas, inclusive os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. São Paulo, 28 de março de 2018. **Marcos Mellão Alves de Lima** – Diretor